

Itamar politiza acordo com FMI

HELIVAL RIOS

O presidente Itamar Franco já decidiu: não quer mais o Executivo negociando sozinho com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os credores externos do País. A ordem transmitida ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, é no sentido de procurar envolver ao máximo o Congresso Nacional com as negociações externas. E já por isso parlamentares integram a delegação brasileira que está nos Estados Unidos, entre os quais o presidente e um dos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, João Rocha e Jonas Pinheiro, respectivamente.

A idéia de envolver o Congresso nas negociações terá prosseguimento, inclusive, quando da visita da missão do FMI, prevista até o dia 15 próximo. As reuniões mais importantes com a missão deverão contar com a participação de parlamentares, que serão convidados pelo ministro da Fazenda.

A presença de parlamentares na comitiva encarregada dos contatos com credores externos também alertará os interlocutores para a importância do aspecto político dentro da estratégia econômica.

Isto vem a calhar com os argumentos que o ministro da Fazenda vem utilizando lá fora, de que não se conseguirá um programa de estabilização econômica para o Brasil sem passar por reformas de natureza estrutural, impossíveis de se concretizarem sem o apoio do Congresso.

A presença de parlamentares nas delegações e nas reuniões com missões estrangeiras, segundo se diz no Ministério da Fazenda,

provocará certamente um efeito didático sobre os interlocutores do Brasil, quem sabe arrefecendo algumas exigências meramente técnicas. Isto equivale, afirmam assessores do ministro Fernando Henrique, a se dispensar um tratamento mais político para negociações, principalmente com o FMI.

Um outro efeito positivo dessa "politização" das negociações externas, certamente está em se arrefecerem as críticas de que o governo é alvo, sempre que entabula entendimentos com os organismos internacionais.

Com uma participação ativa no Congresso em todo o processo - tanto nas viagens internacionais como nas reuniões no Brasil, com missões vindas do exterior - o governo espera estar dividindo as responsabilidades. A participação mais importante, neste processo, é a do Senado Federal, a quem cabe aprovar os acordos internacionais feitos pelo poder Executivo, segundo reza a Constituição.

Esta participação do Congresso, também, conforme se diz no Ministério da Fazenda, poderá contribuir em muito para facilitar a aprovação de uma agenda mínima de reforma constitucional, no caso de ser abortada a idéia de uma revisão ampla da Constituição.

Esta agenda mínima, sem a qual seria impossível ao governo garantir uma estabilização econômica para o País, conteria naturalmente muitos pontos polêmicos, cuja aprovação ficaria na exclusiva dependência do Congresso - destacam-se, aí, a realização de uma profunda reforma tributária, mudança do sistema previdenciário e redivisão dos encargos entre a União, estados e municípios.